

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.352 - MG (2019/0350429-7)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : SÉRGIO NORBERT  
**ADVOGADO** : FELIPPE ZERAIK - RJ030397  
**ADVOGADA** : ISABELLA CHRISTINE VIEIRA CANCADO - DF027059  
**RECORRIDO** : FAZENDA NACIONAL

### **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Ordinário, interposto por SÉRGIO NORBERT, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que negou provimento ao Agravo interno interposto contra a decisão de indeferimento da inicial do Mandado de Segurança ali impetrado, originariamente, contra decisão que inadmitira Recurso Especial, com fundamento no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73, por identificar consonância entre o julgado daquela Corte e a orientação do Superior Tribunal de Justiça nos Recursos Especiais 1.110.925/SP e 1.104.900/ES.

Eis a ementa do acórdão recorrido:

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO: DESCABIMENTO - INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA E DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - INDEFERIMENTO DA INICIAL.

1. Nos termos do disposto no art. 5º, III, da Lei 12.016/2009, é inadmissível a impetração de mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado e, no caso concreto, o próprio impetrante admite ter ocorrido o trânsito em julgado do acórdão da Corte Especial deste TRF que negou seguimento a seu recurso especial.

2. Não há teratologia na decisão judicial que se fundamenta em orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça firmada em julgamentos realizados sob a sistemática do art. 543-C do CPC.

3. No caso concreto foi negado seguimento ao recurso especial do impetrante devido ao fato de que o acórdão desta Corte à época impugnado estava em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça sedimentada nos REsp 1.110.925/SP e REsp 1.104.900/ES, representativos de controvérsia, segundo os quais a presunção de legitimidade assegurada à Certidão de Dívida Ativa impõe ao corresponsável que figura no título executivo extrajudicial juntamente com a pessoa jurídica devedora o ônus de provar a inexistência da sua responsabilidade tributária.

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Ademais, apesar de alegar que o caso concreto julgado pela autoridade coatora não se amoldaria ao paradigma que norteou o posicionamento do STJ, o impetrante não chega nem mesmo a refutar o fato de que seu nome constava na CDA juntada com a petição inicial da execução fiscal, como corresponsável da empresa executada. Também não cuida de juntar cópia da execução fiscal e de outros documentos que amparem a sua tese, sabido que a prova no mandado de segurança é pré-constituída.

5. Agravo regimental a que se nega provimento" (fl. 118e).

No Recurso Ordinário, sem impugnar, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, o recorrente alega que "esgotou todos os recursos judiciais cabíveis para perseguir a modificação da decisão ilegal, inconstitucional e abusiva proferida pela Corte Especial desse Tribunal Regional Federal, sendo pois, neste momento, plenamente cabível o presente remédio heróico" (fl. 141e).

Acrescenta que "no caso presente não há identidade entre as questões, sendo impossível a aplicação, de um forma ou de outra, do inciso I, do § 7, do artigo 543-C do Código de Processo Civil (CPC)" (fl. 142e).

Aludindo ao artigo 5º, LV, da Constituição Federal, alega que "é óbvio que o ato de 'trancar' o Recurso Especial direcionado pelo Recorrente a esse E. Superior Tribunal de Justiça, constitui inegável cerceamento a seu direito à ampla defesa, ferindo, pois, de morte, o preceito constitucional invocado" (fl. 143e).

Para justificar o pedido de tutela provisória, sustenta o segunte:

"41. O Recurso Especial teve seu seguimento negado nos termos do inciso 1 do §7º do art. 543 C do CPC, muito embora não houvesse sido suspenso o processamento recurso (**sic**) para se aguardar o julgamento de especial representativo da controvérsia e sem que haja qualquer identidade fática entre as lides.

42. Assim, não permitir que se dê o regular prosseguimento no Recurso Especial, significará dano irreversível aos Direitos Fundamentais do Recorrente, ao Contraditório, Ampla Defesa e Inafastabilidade da Jurisdição, como já demonstrado.

43. Colhe-se, claramente, portanto, que os argumentos do Recorrente são extremamente relevantes e dotados da necessária plausibilidade jurídica, onde se impõe à (**sic**) concessão de medida liminar, para suspender o processamento do Recurso Especial no Agravo de Instrumento nº 2007.01.00.015876/MG até o julgamento deste Recurso" (fl. 143/144e).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, requer o provimento do Recurso Ordinário, "com a reforma do V. Acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para o fim de se conceder a ordem pleiteada determinando ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente, que proceda ao juízo de admissibilidade no Recurso Especial no Agravo de Instrumento nº 2007.01.00.015876/MG" (fl. 144e).

O Recurso não deve ser conhecido.

Com efeito, o Recurso Ordinário deve impugnar especificamente a fundamentação do acórdão denegatório do Mandado de Segurança, sob pena de seu não-conhecimento, por falta de observância do princípio da dialeticidade.

Sobre o princípio da dialeticidade, confirmam-se os comentários do processualista Theotônio Negrão, os quais, embora tenham sido feitos em relação aos recursos de apelação, aplicam-se igualmente aos recursos ordinários em mandados de segurança:

"O CPC (arts. 514 e 515) impõe às partes a observância da forma segundo a qual deve se revestir o recurso apelatório. Não é suficiente mera menção a qualquer peça anterior à sentença (petição inicial, contestação ou arrazoados), à guisa de fundamentos com os quais se almeja a reforma do decisório monocrático. À luz do ordenamento processual, tal atitude traduz-se em comodismo inaceitável, devendo ser afastado. O apelante deve atacar, especificamente, os fundamentos da sentença que deseja rebater, mesmo que, no correr das razões, utilize-se, também, de argumentos já delineados em outras peças anteriores. No entanto, só os já desvendados anteriormente não são por demais suficientes, sendo necessário o ataque específico à sentença. Procedendo dessa forma, o que o apelante submete ao julgamento do Tribunal é a própria petição inicial, desvirtuando a competência recursal originária do Tribunal" (Curso de Processo Civil e legislação processual em vigor, 2005, p. 590).

No mesmo sentido, o processualista Bernardo Pimentel assim discorre sobre o princípio da dialeticidade:

"A teor dos artigos 514, inciso II, 524, inciso II, 536, 540, 541, inciso III, do Código, do artigo 34, § 2º, da Lei 6.830, e do artigo 42 da Lei 9.099, que concretizam o princípio da dialeticidade, os recursos cíveis devem ser motivados. Em respeito a tal exigência, a petição deve ser acompanhada das razões recursais, que devem indicar os vícios que contaminam a decisão impugnada, com a demonstração dos motivos que justificam a cassação, a reforma ou a integração do julgado

# *Superior Tribunal de Justiça*

recorrido. A propósito, há princípio de hermenêutica jurídica contra a admissibilidade de recurso em termos gerais: **appellatio generalis respectu causae non valet**. É necessária a impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida. Com efeito, de nada adianta o inconformado veicular no recurso alegações dissociadas das razões de decidir. Aliás, o verbete n. 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça trata do tema: 'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada'" (Recurso Especial, Agravos e Agravo Interno - Exposição didática, área do processo civil, com invocação à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, 2007, p. 56).

Nos presentes autos, ao denegar o Mandado de Segurança, o Tribunal de origem o fez nos termos da seguinte fundamentação:

"Em que pese a r. linha de argumentação desenvolvida no agravo regimental ora em exame, restou íntegra, data venia, a fundamentação da decisão agravada, na qual salientei:

O mandado de segurança não autoriza conhecimento.

A uma, porque impetrado em 28 de fev 2014 contra decisão judicial que transitou em julgado em 09 jan 2014, conforme se vê no andamento processual do acórdão proferido no agravo regimental em questão, disponível no site deste TRF. E, consoante dispõe o art. 5º, III, da Lei n. 12.016/2009, 'Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: (...) III - de decisão judicial transitada em julgado.'

A duas, porque a admissibilidade do mandado de segurança contra ato jurisdicional está restrita aos casos em que a decisão judicial se configura teratológica, absurda ou flagrantemente ilegal, o que não ocorreu na espécie, visto que a decisão judicial apontada como coatora fundamentou-se em orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça firmada em julgamentos realizados sob a sistemática do art. 543-C do CPC.

De mais a mais, apesar de alegar que o caso concreto julgado pela autoridade coatora não se amoldaria ao paradigma que norteou o posicionamento do STJ, o impetrante não chega nem mesmo a refutar o fato de que seu nome constava na CDA juntada com a petição inicial da execução fiscal, como corresponsável da empresa executada. Também não cuida de juntar cópia da execução fiscal e de outros documentos que

# *Superior Tribunal de Justiça*

amparem a sua tese, sabido que a prova no mandado de segurança é pré-constituída.

Assim, por ser incabível o Mandado de Segurança ora sub judice, INDEFIRO A INICIAL, nos termos do art. 5º, III, c/c art. 10 da Lei 12.016/2009 e decreto a extinção do processo, a teor do art. 267, I, do CPC.

Sem honorários (art. 25 da Lei 12.016/2009 e súmula 105/STJ).

Assim sendo, e não tendo o agravante apresentado argumentos hábeis afastar os fundamentos da decisão atacada, NEGOU PROVIMENTO ao agravo regimental" (fl. 116e)

Na petição do Recurso Ordinário, no entanto, as razões recursais foram desenvolvidas com base na suposição de que o Tribunal de origem teria adentrado o mérito do Mandado de Segurança. Assim, o impetrante adotou razões recursais totalmente dissociadas dos fundamentos do acórdão denegatório do Mandado de Segurança. Em outras palavras, o impetrante deixou de impugnar especificamente os fundamentos do acórdão recorrido.

Nesse contexto, aplicam-se ao caso, por analogia, as Súmulas 283 e 284, do STF, e 182, do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do Regimento Interno do STJ, não conheço do Recurso Ordinário, julgando prejudicado o pedido de tutela provisória.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora